

Diretor diz que não tem como fiscalizar

BRASÍLIA — Com o argumento de que o Banco Central não tem como fiscalizar os Estados e não põe "em xeque o que o governador assinou", o chefe do Departamento da Dívida Pública (Dedip), Jairo Cruz, procurou livrar o BC de responsabilidade no caso dos precatórios de Santa Catarina e Alagoas. Os dois Estados usaram ofícios fantasmas para conseguir autorização de emissão de títulos além dos limites fixados pelo Senado.

Segundo Cruz, a função do BC é somente prestar assessoria ao Senado na questão do endividamento de Estados e municípios. A autorização, de acordo com o chefe do Dedip, é dos senadores. Todo o processo começa com o ofício do governador que chega ao BC acompanhado de documentos do Tribunal de Contas do Estado. Neles são informados os dados da dívida do Estado, assim como o volume de precatórios.

De posse dos documentos, o trabalho do Dedip é verificar se o Estado está dentro dos limites de endividamento fixados pelo Senado. Encerrada a análise, o BC manda a informação ao Senado que disciplina o endividamento de Estados e municípios.

No caso específico de precatórios, na hipótese de o Estado emitir papéis, mas não quitar os precatórios, o chefe do Dedip disse que também é responsabilidade do Senado. "Só os senadores têm autoridade para determinar o resgate imediato dos títulos caso tenha havido desvio de finalidade."